



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco L, Lote 06, Edifício Capes, 4º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020
Telefone: (61)2022-6552 - www.capes.gov.br

CONVÊNIO Nº 48/2024

PROCESSO Nº 23038.006132/2024-07

**CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR
Nº 970362/2024 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA
COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
(CAPES), E A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PARANÁ
(UNESPAR).**

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.889.834/0001-08, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco L, Lote 06, Asa Norte, Brasília/DF, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representada por sua Diretora de Formação de Professores da Educação Básica, **MARCIA SERRA FERREIRA**, brasileira, residente e domiciliado na [REDACTED] - CEP: [REDACTED], portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] 720.203 [REDACTED], expedição: 22/08/2013, Rio de Janeiro/ RJ, e do CPF/MF nº [REDACTED] 819.417 [REDACTED], nos termos da delegação que lhe foi conferida pelo Presidente da Capes por meio da Portaria MEC nº 1.813, de 2 de setembro de 2016, publicada no D.O.U de 2 de setembro de 2016, e **Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.012.896/0001-42, com sede na Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - bairro Centro - CEP 87701-020, Paranavaí - PR, doravante denominada **CONVENIENTE**, representada por sua reitora, **SALETE PAULINA MACHADO SIRINO**, brasileira, portadora do CPF/MF nº [REDACTED] 131.549 [REDACTED] e Carteira de Identidade nº [REDACTED] 834 [REDACTED] SSP/PR, residente e domiciliada na [REDACTED], CEP [REDACTED] Curitiba - PR, **RESOLVEM** celebrar o presente Convênio, registrado no **Transferegov.br**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 10.973 de 2 de dezembro 2004, na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, no que couberem, na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 9.057, de 25 de julho de 2017, no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, no Decreto Federal nº 11.531 de 16 de maio de 2023, regulamentado pela Portaria conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023 e atualizações, consoante o processo administrativo nº 23038.006132/2024-07 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a formação de professores da rede pública de educação básica, das redes de formação por alternância e do público de demanda social mediante a implementação de **02 (duas) turmas no curso de licenciatura Educação Especial Inclusiva,**

nos municípios de Apucarana e Paranaguá conforme registrado na Plataforma Freire e aprovado no Edital Capes nº 23/2023, do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade), que serão de responsabilidade da **CONVENENTE** até a conclusão das turmas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pela **CONVENENTE** e aceitos pela **CONCEDENTE** no Transferegov.br, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única - Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da **CONCEDENTE** e que não haja alteração do objeto, exceto para as situações tratadas no art. 44, III, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DA CONCEDENTE:

- a) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- b) cadastrar e divulgar os programas a serem executados;
- c) analisar e selecionar as propostas apresentadas pelos proponentes;
- d) analisar os requisitos necessários à celebração dos instrumentos, o Plano de Trabalho e a prestação de contas final;
- e) verificar as peças documentais apresentadas pelo **CONVENENTE**;
- f) realizar a análise jurídica necessária à celebração dos instrumentos relacionados a este instrumento;
- g) aprovar ou rejeitar o Plano de Trabalho;
- h) verificar a realização do processo licitatório ou da cotação prévia;
- i) celebrar, caso seja de interesse, eventuais termos aditivos;
- j) emitir os empenhos necessários à execução deste instrumento;
- k) transferir os recursos financeiros para a **CONVENENTE**, de acordo com o cronograma de desembolso;
- l) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos;
- m) comunicar quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional à **CONVENENTE**, por meio do Transferegov.br, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;
- n) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto;
- o) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;
- p) dispor de estrutura física e equipe técnica adequadas para verificar as peças técnicas e documentais, acompanhar a execução física do objeto pactuado, e realizar a conformidade financeira e a análise da prestação de contas final;
- q) divulgar à **CONVENENTE** os atos normativos e orientações relativas aos instrumentos;
- r) adotar as medidas administrativas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção da regularização e do ressarcimento;

- s) instaurar a Tomada de Contas Especial – TCE, observando os procedimentos e a formalização, de acordo com a legislação específica ao caso;
- t) analisar a prestação de contas final dos instrumentos com base nos resultados da execução física e financeira, bem como de outros elementos que comprovem o cumprimento do objeto pactuado;
- u) aprovar ou rejeitar a prestação de contas final;
- v) notificar a CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas ou se constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos;
- w) notificar a CONVENENTE previamente à inscrição como inadimplente no Transferegov.br, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar; e
- x) exigir que o CONVENENTE disponibilize, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, o extrato do instrumento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação, o detalhamento da aplicação dos recursos e as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, na forma do art. 43 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula primeira. É prerrogativa da CONCEDENTE transferir a responsabilidade pela execução do objeto do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

II - DA CONVENENTE:

- a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) encaminhar as suas propostas e planos de trabalho e pesquisa de preços, na forma e prazos estabelecidos;
- c) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;
- d) definir, por metas e etapas, a forma de execução do objeto;
- e) reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa;
- f) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos nos instrumentos, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades;
- g) garantir a existência de infraestrutura, utilidades, pessoal e licenças necessários à instalação e disponibilização dos equipamentos adquiridos;
- h) apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, distrital ou federal, bem como concessionárias de serviços públicos, quando couber, nos termos da legislação aplicável;
- i) incluir, em seus orçamentos anuais, dotação orçamentária referente aos recursos relativos a este instrumento;
- j) submeter previamente à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- k) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação financeira, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- l) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica

vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

- m) realizar no Transferegov.br os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da TCE dos instrumentos, quando couber;
- n) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;
- o) estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- p) realizar o procedimento de compras e contratações, sob sua inteira responsabilidade, observada a legislação vigente e assegurando: i) a correção dos procedimentos legais; ii) a suficiência do termo de referência; iii) a suficiência da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais e de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles; e iv) a utilização do PNCP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando o conveniente for órgão ou entidade das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- q) prever, no edital de licitação e no contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;
- r) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento de compras e contratações;
- s) registrar no Transferegov.br o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela administração pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com a sua respectiva inscrição ativa no CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, as ordens de serviços ou autorizações de fornecimento e os atestes dos boletins de medições;
- t) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos;
- u) utilizar os aplicativos disponibilizados pelo órgão central do Transferegov.br, para registro da execução física do objeto e quando da realização das atividades de fiscalização;
- v) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF;
- w) realizar visitas regulares às turmas, e apresentar os relatórios referentes às visitas realizadas quando solicitado;
- x) determinar a correção de vícios detectados que possam comprometer a fruição do objeto;
- y) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do instrumento;
- z) fornecer à CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
 - aa) obedecer às regras e diretrizes de acessibilidade na execução do objeto do instrumento, em conformidade com as leis, normativos e orientações técnicas que tratam da matéria;
 - ab) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio;
 - ac) permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante a União e respectivos órgãos de controle;
 - ad) prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela CONCEDENTE;
 - ae) aplicar os recursos recebidos por intermédio do Convênio exclusivamente para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira;
 - af) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando

constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato à CONCEDENTE;

ag) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual

ah) indicar o sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

ai) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

aj) inserir cláusula no CTEF destinado à execução do instrumento, para que a empresa contratada permita o livre acesso dos servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

ak) inserir cláusula nos CTEFs destinados à execução do instrumento, para que a empresa contratada insira as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br;

al) manter a contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo conveniente e a manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade da política pública;

am) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas final;

an) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

ao) observar os prazos estipulados para devolução dos recursos;

ap) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

aq) permitir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto; e

ar) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio.

Subcláusula Primeira - Por se tratar de ações de cunho educacional, a **CONVENENTE** deve ainda:

a) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica e ou pedagógica das ações firmadas neste Convênio, observando o arcabouço de normas técnicas brasileiras e os normativos regem o Parfor;

b) dar ampla divulgação da ação, informando a estrutura organizacional do curso (horário, local, período, carga horária, programação etc.), o período de inscrição, os critérios de seleção dos candidatos, e demais informações pertinentes;

c) instituir frequência mínima obrigatória, observando os parâmetros estipulados pelo Ministério da Educação, a ser observada como critério de avaliação do rendimento do cursando e requisito para obtenção de diploma, sendo obrigação da **CONVENENTE** acompanhar e prestar contas dessa frequência;

d) capacitar profissionais envolvidos na execução das ações propostas em aspectos teóricos e operacionais;

e) responsabilizar-se por todos os atos relativos aos procedimentos acadêmicos e regulatórios dos cursos e das turmas especiais do Parfor na Instituição e nos órgãos competentes, bem como pela diplomação dos

professores cursistas concluintes;

f) manter sob sua guarda, durante o prazo mínimo de 20 (vinte) anos após o término da vigência do Convênio, cadastro dos participantes, com seus dados pessoais, acadêmicos e profissionais;

Subcláusula Segunda - Quando se tratar da ação de Aquisição de Material Didático Pedagógico, a **CONVENENTE** deve implantar sistema de gerenciamento de materiais, contemplando o controle do recebimento, da distribuição, da qualidade e da efetiva utilização dos materiais.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Convênio terá sua vigência até **31 de janeiro de 2027**, contados a partir da assinatura do Instrumento, podendo ser prorrogada por solicitação da **CONVENENTE** devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula Primeira. A prorrogação, além dos prazos estipulados no art. 35, inciso VII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 35, §4º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

Subcláusula segunda. A **CONCEDENTE** prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, antes de seu término, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 35, XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em **R\$ 288.000,00** (duzentos e oitenta e oito mil reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - **R\$ 71.280,00** (setenta e um mil e duzentos e oitenta reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento da **CONCEDENTE**, autorizado pela Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, publicada no DOU de nº 01, página 2, de 02 de janeiro de 2024 (LOA 2024), UG 154003, assegurado pela **Nota de Empenho 2024NE004646** no valor de **R\$ 71.280,00** (SEI 2509738), vinculadas ao PTRES 230550, Fonte 1000000000, Plano Interno PCC92B5601N à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Natureza da Despesa 333041. relativos ao presente exercício;

II - **R\$ 2.880,00** (dois mil e oitocentos e oitenta reais), relativos à contrapartida da **Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR**, com embasamento legal na Lei Ordinária 15.608, Art. 134, Inciso VII de 16 de agosto de 2007 do estado do Paraná - PR.

Subcláusula Primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação da **CONCEDENTE**.

Subcláusula Segunda. A **CONVENENTE** obriga-se a incluir em seu orçamento dotação orçamentária referente aos recursos relativos ao instrumento pactuado.

Subcláusula Terceira - A indicação dos créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pela **CONCEDENTE** e pela **CONVENENTE** nos exercícios subsequentes, no valor total de **R\$ 213.840,00 (duzentos e treze mil e oitocentos e quarenta reais)** será realizada mediante registro contábil e poderá ser formalizada por meio de apostila.

Subcláusula Quarta - Os recursos a serem transferidos pela **CONCEDENTE** nos exercícios subsequentes estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize, com o devido registro no SIAFI, em conta contábil específica, ficando condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao número de alunos com matrícula ativa nos cursos do Parfor Equidade ofertados pela **CONVENENTE**.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA

Compete a **CONVENENTE** integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na

conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério da **CONVENENTE**.

Subcláusula Primeira - O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula Segunda - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula Terceira - Fica assegurado o pagamento de contrapartida de 1% em relação ao valor total do convênio, redução excepcionalmente assegurada pela Portaria Capes nº 138, de 12 julho de 2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da **CONCEDENTE** e à contrapartida da **CONVENENTE** serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome da **CONVENENTE** exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

Subcláusula Primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade **CONVENENTE**.

Subcláusula Segunda. A liberação de recursos dependerá da disponibilidade financeira do **CONCEDENTE** e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso constante do instrumento.

Subcláusula Terceira. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Sucláusula Quarta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação da segunda parcela e demais subsequentes estará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

Subcláusula Quinta. O cronograma de desembolso, quando necessário, deverá ser ajustado após a verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pela **CONCEDENTE**.

Subcláusula Sexta. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da liberação da parcela pela **CONCEDENTE** ou do último pagamento realizado pela **CONVENENTE**, a **CONCEDENTE** deverá proceder de acordo com os §§ 7º ao 9º do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Subcláusula Sétima. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento deverá ocorrer no Transferegov.br, por meio da funcionalidade ordem de pagamento de parcerias – OPP, nos termos do art. 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Oitava. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado no Transferegov.br, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Nona. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá a **CONVENENTE**:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério da **CONVENENTE**; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula Décima. A liberação dos recursos dependerá da disponibilidade financeira da **CONCEDENTE** e obedecerá a previsão estabelecida no cronograma de desembolso, observadas as condições do art. 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Décima Primeira. Os recursos deste Convênio serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto



lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Subcláusula Décima Segunda. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos à **CONCEDENTE** e à **CONVENENTE**, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, salvo as hipóteses do § 4º do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Décima Terceira. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Décima Quarta. A **CONVENENTE** autoriza desde já a **CONCEDENTE** para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula sexta;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no § 1º do art. 95 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Décima Quinta. A **CONCEDENTE** deverá solicitar, no caso da Subcláusula décima quarta, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula Décima Sexta. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula sexta, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias e suspensa a liberação de novos recursos para o **CONVENENTE** no âmbito do mesmo órgão ou entidade **CONCEDENTE**.

Subcláusula Décima Sétima. A liberação de recursos referente ao presente Convênio observará as limitações previstas na legislação eleitoral.

Subcláusula Décima Oitava. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível à **CONCEDENTE** e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula Décima Nona. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação financeira, nas hipóteses previstas em lei, no Decreto nº 11.531, de 2023, ou na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. É vedado a **CONVENENTE**, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - alterar o objeto do convênio, exceto para:

a) ampliação do objeto pactuado ou redução ou exclusão de meta ou etapa, desde que não desconfigure a natureza do objeto e não haja prejuízo da fruição ou funcionalidade do objeto; e

b) alteração do local de execução do objeto.

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

V- efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na

Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela **CONCEDENTE** e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

IX - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

X - transferir recursos liberados pela **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

XI - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XII - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas federais e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo quando houver previsão expressa no plano de trabalho aprovado e não configurar descentralização total da execução; e

XIV - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado, sem justificativa do conveniente e autorização do **CONCEDENTE**.

Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados no Transferegov.br e os respectivos pagamentos serão efetuados pela **CONVENENTE** mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade da própria **CONVENENTE**, devendo ser registrado no Transferegov.br o beneficiário final da despesa:

I – questões operacionais que impeçam o pagamento por meio da emissão de OPP, excetuando-se falhas de planejamento;

II – na execução do objeto pela **CONVENENTE** por regime direto; e

III – no ressarcimento à **CONVENENTE** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pela **CONCEDENTE** e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula Terceira. Antes da realização de cada pagamento, a **CONVENENTE** incluirá no Transferegov.br, no mínimo, as seguintes informações:

I - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;

II - o contrato a que se refere o pagamento realizado; e

III - informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

Subcláusula Quarta - Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), conforme estabelece o Art. 76, § 3º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

9. CLÁUSULA NONA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

A **CONVENENTE** deverá observar, quando da contratação de terceiros com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas.

Subcláusula Primeira. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pela **CONVENENTE** após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 12, inciso XIII e art. 53 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Segunda. O prazo para início do procedimento licitatório será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado, desde que motivado pela **CONVENENTE** e aceite pela **CONCEDENTE**, permitida o início da contagem do prazo a que se refere esta subcláusula a partir da apresentação de declaração da **CONVENENTE** informando a abertura do processo licitatório desde que observados os requisitos do art. 52, §2º, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Terceira. Excepcionalmente, em casos devidamente justificados pelo **CONVENENTE** e admitidos pelo **CONCEDENTE**, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no art. 54 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 33, de 2023: a) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento; b) licitação realizada antes da assinatura do instrumento; e c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula Quarta - Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pela **CONCEDENTE**;

Subcláusula Quinta. As competências da **CONCEDENTE** e da **CONVENENTE** dispostas nos artigos 11 e 12 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, também deverão ser observadas quando da contratação com terceiros.

Subcláusula Sexta. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Sétima. A **CONVENENTE** deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula Oitava. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria da **CONVENENTE** com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto no art. 45 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, e na legislação específica que rege a parceria.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta de qualquer das partes.

Subcláusula Primeira. A proposta, devidamente formalizada e justificada, deve ser apresentada à **CONCEDENTE** em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

Subcláusula Segunda. Excepcionalmente, poderão ser solicitadas alterações em prazo inferior, desde que sejam motivadas e em benefício da execução do objeto.

Subcláusula Terceira. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pela **CONCEDENTE**, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do

objeto.

Subcláusula Quarta. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá a **CONVENENTE** demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula Quinta. No caso de ampliação de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe à **CONCEDENTE** exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023, de forma a plena execução do objeto.

Subcláusula Primeira. É prerrogativa da **CONCEDENTE** transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o **CONVENENTE**, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da assinatura do presente instrumento, a **CONCEDENTE** deverá designar, em atos publicados em boletim interno ou similar, os servidores, responsáveis pelo seu acompanhamento.

Subcláusula Terceira. No prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados após a designação de que trata a Subcláusula segunda, a **CONCEDENTE** deverá registrar no Transferegov.br, os servidores responsáveis pelo acompanhamento.

Subcláusula Quarta. A **CONCEDENTE** deverá realizar o acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no Transferegov.br, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - os pagamentos realizados pela **CONVENENTE**;

III - a regularidade das informações registradas pela **CONVENENTE** no Transferegov.br;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado; e

V - as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado.

Subcláusula Quinta. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, a **CONCEDENTE** poderá:

I - valer-se do apoio técnico de terceiros;

II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;

III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;

IV - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 86 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023; e

V - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula Sexta. Os processos, documentos ou informações referentes à execução deste instrumento não poderão ser sonogados aos servidores da **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como ao eventual apoiador técnico.

Subcláusula Sétima. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos

federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Oitava. Quaisquer pendências de ordem técnica, jurídica, ambiental ou institucional verificados pela **CONCEDENTE** deverão ser informados à **CONVENENTE**, por meio do Transferegov.br, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, na forma do art. 87 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Nona. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação da **CONVENENTE** devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Subcláusula Décima. Nos casos de identificação de irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, **CONCEDENTE** e **CONVENENTE** observarão o disposto no art. 89 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula Décima Primeira. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização da **CONCEDENTE** por inconformidades ou irregularidades praticadas pela **CONVENENTE**. A **CONVENENTE** responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula Décima Segunda. A **CONCEDENTE** comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 90 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe à **CONVENENTE** exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo **CONVENENTE** e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula Única. A **CONVENENTE** designará e registrará no Transferegov.br representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **CONVENENTE** deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos por este Convênio.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas deverá ser registrada pela **CONCEDENTE** no Transferegov.br, iniciando-se concomitantemente com a liberação dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula Segunda. A prestação de contas final deverá ser apresentada pela **CONVENENTE** no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados:

I - do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

II - da denúncia; ou

III - da rescisão.

Subcláusula Terceira. Quando a **CONVENENTE** não enviar a prestação de contas no prazo de que trata a Subcláusula segunda, a **CONCEDENTE** o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula Quarta. Nos casos de descumprimento do prazo de que trata a Subcláusula terceira, a **CONCEDENTE** deverá:

I - registrar a inadimplência do **CONVENENTE** no Transferegov.br, por omissão no dever de prestar

contas dos recursos recebidos; e

II - comunicar o **CONVENENTE** para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras corrigidos.

Subcláusula Quinta. Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II da Subcláusula quarta, a **CONCEDENTE** adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, e para a imediata instauração da TCE.

Subcláusula sexta. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto, sendo compostos por:

I - documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;

II - Relatório de Cumprimento do Objeto;

III - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV - recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

VI - termo de compromisso por meio do qual a **CONVENENTE** será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos da alínea “am” do inciso II da Cláusula terceira.

Subcláusula sétima. O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação da **CONCEDENTE** quanto à execução do objeto pactuado.

Subcláusula oitava. Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pela **CONVENENTE**, a **CONCEDENTE** deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Subcláusula nona. O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pela **CONCEDENTE** será de:

I - 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II - 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Subcláusula décima. A contagem do prazo de que trata o inciso I da Subcláusula nona terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

Subcláusula décima primeira. A contagem do prazo de que trata o inciso II da Subcláusula nona dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares.

Subcláusula décima segunda. Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, a **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que a **CONVENENTE** saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

Subcláusula décima terceira. A **CONCEDENTE** notificará a **CONVENENTE** caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

Subcláusula décima quarta. A notificação prévia, prevista na Subcláusula décima terceira, será realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia à respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo ser incluída no Transferegov.br.

Subcláusula décima quinta. Findo o prazo de que trata a Subcláusula nona, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pela **CONCEDENTE** poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula décima sétima. O registro da inadimplência no Transferegov.br só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso a **CONVENENTE** não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula décima oitava. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I - procedimento informatizado, baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor; ou II - análise convencional, realizada de forma detalhada, sem a utilização do procedimento informatizado.

Subcláusula décima nona. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I - das informações e documentos de que trata a Subcláusula sexta;

II - da nota de risco do instrumento; e

III - quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo CONCEDENTE, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula vigésima. O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

Subcláusula vigésima primeira. O parecer técnico conclusivo deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Subcláusula vigésima segunda. A análise convencional da prestação de contas final pela CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição.

Subcláusula vigésima terceira. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I - à CONCEDENTE; e

II - à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023.

Subcláusula vigésima quarta. Nos casos de extinção do órgão ou entidade CONCEDENTE, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Subcláusula vigésima quinta. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes deste Convênio ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

d) ausência de depósito da contrapartida;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nas arts. 75 e 76 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Subcláusula vigésima sexta. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição

da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo à **CONCEDENTE** prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e à **CONVENENTE**, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

Subcláusula Primeira. Caberá à **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I - devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a Conta Única do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora 154003 e Gestão 15279; e

II - transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

Subcláusula Segunda. Nos casos de descumprimento do disposto na Subcláusula primeira, a **CONCEDENTE** solicitará, à instituição financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos para a Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira.

Subcláusula Terceira. Caso não tenha havido qualquer execução física ou financeira, deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, na forma indicada no inciso I da Subcláusula primeira, os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora de que trata a Subcláusula nona da Cláusula Décima primeira.

Subcláusula Quarta. Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados na Subcláusula vigésima quinta da Cláusula Décima terceira, a **CONCEDENTE** deverá notificar a **CONVENENTE** para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, corrigidos na forma da Subcláusula nona da Cláusula Décima primeira.

Subcláusula quinta. A não devolução dos recursos de que trata a Subcláusula quarta ensejará o registro de impugnação das contas do Convênio no Transferegov.br e instauração da TCE.

Subcláusula sexta. A **CONCEDENTE** efetuará o registro da **CONVENENTE**, em cadastros de inadimplência, nas seguintes hipóteses:

I - após o julgamento da tomada de contas especial ou de procedimento análogo pelo Tribunal de Contas da União, nas hipóteses de rejeição total ou parcial da prestação de contas; ou

II - após a notificação da **CONVENENTE**, da respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e o decurso do prazo previsto na Subcláusula terceira da Cláusula Décima terceira, nas hipóteses de omissão na apresentação da prestação de contas, independentemente de instauração ou de julgamento da tomada de contas especial.

Subcláusula sétima. Após a rejeição total ou parcial das contas, o saldo referente à rejeição constará como impugnado.

Subcláusula oitava. Além do registro do **CONVENENTE** na forma da subcláusula anterior, a instauração de TCE ensejará a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no Transferegov.br, nos casos de omissão no dever de prestar contas; ou o registro de impugnação das contas no Transferegov.br, para os demais casos.

Subcláusula nona. Na hipótese de aplicação de ato normativo do Tribunal de Contas da União que autoriza a dispensa da Tomada de Contas Especial, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance, como o registro da inadimplência da **CONVENENTE** no Transferegov.br e a inclusão nos cadastros de inadimplência, sem prejuízo de requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado,

inclusive o protesto, se for o caso.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito deste Convênio serão de propriedade da **CONVENENTE**, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

Subcláusula Primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula Segunda. A **CONVENENTE** deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação à **CONCEDENTE** com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo estarem claras as regras e diretrizes de utilização desses bens.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado**, a qualquer tempo devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros, em especial a conclusão das turmas iniciadas, creditando eventuais benefícios adquiridos no período.

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- c) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023;

III - **extinto**, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

Subcláusula Primeira. A **CONCEDENTE** registrará no Transferegov.br e publicará no Diário Oficial da União a denúncia, rescisão ou extinção.

Subcláusula Segunda. Quando da denúncia ou rescisão do instrumento, a **CONVENENTE** deverá:

I - devolver os saldos remanescentes, inclusive aqueles oriundos de rendimentos de aplicações financeiras, em até 30 (trinta) dias; e

II - apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias.

Subcláusula terceira. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do registro da denúncia ou rescisão do instrumento no Transferegov.br, a **CONCEDENTE** providenciará o cancelamento dos saldos de empenho, independente do indicador de resultado primário.

Subcláusula quarta. A rescisão decorrente do cometimento de fato que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, prevista no caput desta Cláusula, inciso II, alínea “c”, deverá ocorrer depois da adoção das medidas administrativas internas para elidir o dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Portaria CGU nº 1.531, de 2021, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pela **CONCEDENTE** no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Transferegov.br aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a

prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula Segunda. A notificação da celebração do instrumento à Assembleia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do CONVENENTE, conforme o caso, será realizada eletronicamente por meio do sistema Transferegov.br, e da mesma forma será a notificação da liberação dos recursos.

Subcláusula Terceira - A CONVENENTE obriga-se a:

I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;

II - cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;

III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na *internet* ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir **link** em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao Transferegov.br.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio do Transferegov.br, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;

II - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

III - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio do Transferegov.br deverão ser supridas através da regular instrução processual, sem prejuízo do posterior registro do ato no mesmo sistema Transferegov.br.

19. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação e mediação administrativa perante a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 41, inciso III, alínea “b” do Anexo I ao Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023.

Subcláusula única. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 17 de

dezembro de 2024

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO

Reitora

MARCIA SERRA FERREIRA

Diretora de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)



Documento assinado eletronicamente por **Salete Paulina Machado Sirino, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 54, inciso II, da Portaria nº 06/2021 da Capes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Serra Ferreira, Diretor(a) de Formação de Professores da Educação Básica**, em 17/12/2024, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 54, inciso II, da Portaria nº 06/2021 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2513274** e o código CRC **30AE0514**.

0.1.

Referência: Processo nº 23038.006132/2024-07

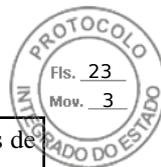
SEI nº 2513274

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES



VALOR GLOBAL:	R\$ 288.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 2.880,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2024	R\$ 71.280,00
	2025	R\$ 142.560,00
	2026	R\$ 71.280,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 2.880,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	18/12/2024	
FIM DE VIGÊNCIA:	31/01/2027	
VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO:	2027	

6 - PLANO DE TRABALHO



Meta nº: 1

Especificação: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR			
Unidade de Medida: LOTE	Quantidade: 1.0	Valor:	R\$ 288.000,00
Início Previsto: 18/12/2024	Término Previsto: 11/11/2026	Valor Global:	R\$ 288.000,00
UF:	Município:	CEP:	
Endereço:			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR			
Quantidade: 1.0 LOTE	Valor: R\$ 288.000,00	Início Previsto: 18/12/2024	Término Previsto: 11/11/2026

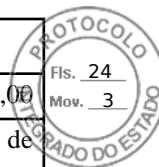
7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		ANO: 2024
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 71.280,00	
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 71.280,00	PARCELA Nº: 1
MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 142.560,00	
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 142.560,00	PARCELA Nº: 2
MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		ANO: 2026
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 71.280,00	
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 71.280,00	PARCELA Nº: 3

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro		ANO: 2024
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 720,00	
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 720,00	PARCELA Nº: 1
MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		ANO: 2025
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 1.440,00	
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 1.440,00	PARCELA Nº: 2

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro		ANO: 2026
META Nº: 1	VALOR DA META:	R\$ 720,00
DESCRIÇÃO: Implantação e manutenção do curso de segunda licenciatura de Educação Especial Inclusiva nos municípios de Apucarana/PR e Paranaguá/PR		
VALOR DO REPASSE:	R\$ 720,00	PARCELA Nº: 3



9 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO



DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Passagens para o país (LOTE)					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339033		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 31.605,28	V.TOTAL:	R\$ 31.605,28
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Diárias no país (LOTE)					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339014		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 29.991,53	V.TOTAL:	R\$ 29.991,53
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Auxilio deslocamento					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339033		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 10.260,00	V.TOTAL:	R\$ 10.260,00
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Divulgação do conhecimento - Evento Científico - Material de gráfica					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339039		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 760,00	V.TOTAL:	R\$ 760,00
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Material Educativo e Esportivo					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339030		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 153.138,84	V.TOTAL:	R\$ 153.138,84
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Publicação de livro para alunos do Parfor Equidade e distribuição para discentes dos Cursos de Licenciatura da Unespar, Campus Paranaguá					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339039		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 52.089,35	V.TOTAL:	R\$ 52.089,35
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Contrato de Van para descolocamento					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339033		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: LOTE	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 3.000,00	V.TOTAL:	R\$ 3.000,00
OBSERVAÇÃO:					
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Bengala Dobrável					
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Instrumento			NATUREZA DA DESPESA: 339030		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Rio Grande do Norte, 1525 - Centro					
CEP: 87701-020	UF: PR	MUNICÍPIO: 7749 - PARANAÍ			
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 53,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 135,00	V.TOTAL:	R\$ 7.155,00
OBSERVAÇÃO:					

10 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO



NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
339014	R\$ 29.991,53	R\$ 29.991,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00
339030	R\$ 160.293,84	R\$ 160.293,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
339033	R\$ 44.865,28	R\$ 44.865,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
339039	R\$ 52.849,35	R\$ 52.849,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:	R\$ 288.000,00			

11 - DECLARAÇÃO



Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

12 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

13 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

UNESPAR – Parfor Equidade – Proposta 032207-2024 - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL de 12.11.2024..pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

UNESPAR – Parfor Equidade – Proposta 032207-2024 -DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE CONTRAPARTIDA de 12.11.2024..pdf

Documentos Digitalizados do Instrumento

Nome do Arquivo:

SEI_2513274_Convenio_48.pdf



TERMO DE REFERÊNCIA

**Financiamento dos cursos implantados no âmbito do
Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
– PARFOR**

PARFOR EQUIDADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

Reitora: Salete Paulina Machado Sirino

Pró-Reitora de Graduação: Marlete dos Anjos Silva Schaffrath

Coordenador Institucional: Ricardo Desiderio da Silva

2024

1 - Descrição do objeto a ser executado

Formação de professores da rede pública de educação básica, das redes de formação por alternância e do público de demanda social, mediante a implementação de 02 (duas) turmas em curso de segunda licenciatura em Educação Especial Inclusiva, conforme abaixo, aprovado por meio do Edital Capes 23/2023 do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica ? Parfor, Edição Equidade: 1) Turma 49894 com 30 alunos, no município de Apucarana/PR; 2) Turma 49906 com 30 alunos, no município de Paranaguá/PR.

2 - Justificativa para a Celebração do Financiamento

O presente Termo tem a finalidade de relacionar os bens e/ou materiais de consumo a serem adquiridos, bem como os serviços a serem contratados destinados ao cumprimento das metas e objetivos elencados no Plano de Trabalho que integra o Convênio celebrado entre a Capes e o(a) Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR).

3 – Especificação das despesas

3.1 Os bens a serem adquiridos, bem como os serviços a serem prestados, seguirão o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

3.2 O valor total deste Termo de Referência é de R\$ R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), sendo R\$285.120,00(duzentos e oitenta e cinco mil e cento e vinte reais) de repasse da Concedente e R\$ 2.880,00 (dois mil e oitocentos e oitenta reais) de Contrapartida do Conveniente. Esse montante foi calculado a partir do que estabelece o item 10.4.1 do Edital Capes nº 23/2023.

3.3 As despesas serão detalhadas nas planilhas orçamentárias em anexo.

3.4 As despesas elencadas nas planilhas orçamentárias correspondem aos elementos de despesas especificados na Programação Orçamentária e Financeira que integra o instrumento firmado entre a Capes a esta IES e deverão ser objeto de pesquisa prévia de preço.

3.5 As condições de fornecimento dos bens e materiais de consumo ou a prestação de serviços, prazo e local de entrega dos produtos, condições de execução, acompanhamento e forma de pagamento serão detalhados em termos de referência específicos para cada natureza e ramo de fornecimento, no momento da aquisição dos produtos. Estes Termos deverão compor a prestação de contas. O critério de escolha da melhor proposta será sempre o do tipo Menor Preço.

4 – Itens financiáveis

4.1 Conforme item 10.4.2 do Edital Capes nº 23/2023, Os recursos de custeio do Parfor são destinados a atender aos seguintes elementos de despesa:

I - **Material de consumo** necessário para o funcionamento e a manutenção dos cursos;

II - **Diárias nacionais e auxílio deslocamento** destinados a viabilizar a participação dos beneficiários nas atividades acadêmicas e administrativas do PARFOR EQUIDADE, observando os valores estabelecidos no item "E" do Anexo I do Decreto nº 6.907 de 21 de julho de 2009 e suas alterações;

III - **Passagens nacionais aéreas, terrestres e fluviais**, adquiridas em classe econômica, destinadas a viabilizar a participação dos beneficiários nas atividades acadêmicas e administrativas do PARFOR EQUIDADE;

IV - **Diárias e passagens** destinadas à participação dos estudantes em eventos científicos

diretamente relacionados à sua formação acadêmica, mediante aprovação prévia da CAPES;

V - **Diárias e passagens** destinadas à participação de coordenadores e professores formadores que tiverem trabalho sobre o PARFOR EQUIDADE aprovado em eventos científicos de relevância nacional ou internacional, mediante aprovação prévia da CAPES;

VI - **Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica**, destinados a viabilizar as atividades acadêmicas e administrativas do PARFOR EQUIDADE;

VII - **Serviços de terceiros - Pessoa Física**, podendo ser:

a) serviços de natureza eventual prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, sendo vedado o pagamento de atividades já contempladas entre as atribuições dos bolsistas do programa; e

b) diárias a colaboradores eventuais destinadas a viabilizar a participação em atividades acadêmicas e administrativas.

VIII - **Obrigações tributárias e contributivas**, cujo valor máximo não poderá ultrapassar 30% do valor destinado aos Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

5 – Dos valores orçamentários

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes no presente Termo de Referência têm como base pesquisas de preço realizadas pela área competente do(a) Universidade Estadual do Paraná.

e estão condizentes com os praticados nos mercados da respectiva região.

6 – Da forma de prestação de contas

As prestações de contas parciais e/ou final da execução do objeto e da aplicação dos recursos serão feitas por meio de relatório anexado à Transferegov, seguindo modelo estipulado pela DEB/CAPES, com a apresentação da lista de alunos concluintes e respectivos números de matrícula e CPFs, além dos documentos de comprovação da execução dos recursos.

Paranavaí/PR, 13 de novembro de 2024.


Ricardo Desiderio da Silva
Coordenador Institucional

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - DESPESAS DE CUSTEIO

Tabela I – Material de Consumo

FINALIDADE/ATIVIDADE	ITEM DE DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
Ensino de Braille aos professores	<i>Reglete postívia</i>	<i>unidade</i>	45	R\$ 84,00	R\$ 3.780,00
Ensino de Técnica de OM aos professores	Bengala Dobrável	<i>unidade</i>	53	R\$ 135,00	R\$ 7.155,00
Ensino do uso do Sobran - matemática aos professores	Sorobã 21 Eixos - CVM	<i>unidade</i>	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00
Recursos pedagógicos adaptados em Braile, Libras	Jogos diversos	<i>unidade</i>	669	R\$ 124,43	R\$ 83.245,85
Recursos pedagógicos TEA	Jogos diversos	<i>unidade</i>	16	R\$ 163,75	R\$ 2.620,00
Recursos pedagógicos TDAH	Jogos e Kit de Atividades	<i>unidade</i>	85	R\$ 116,75	R\$ 9.923,59
Recursos pedagógicos COGNIÇÃO	Kit Função Executiva e outros	<i>unidade</i>	181	R\$ 72,04	R\$ 13.038,60
Recursos pedagógicos COGNIÇÃO/EMOÇÃO	Jogos para atividades diversas	<i>unidade</i>	81	R\$ 62,28	R\$ 5.045,00
Recursos pedagógicos DISLEXIA	Jogos diversos	<i>unidade</i>	476	R\$ 66,25	R\$ 31.535,80
Total					R\$ 160.293,84

Tabela II – Passagens e despesas com locomoção

FINALIDADE/ATIVIDADE	ITEM DE DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
<i>Deslocamento de Coordenação Institucional para encontro formal em Brasília-DF - Finalização o CAMPUS APUCARANA</i>	Passagem aérea de Londrina a Brasília	Passagem	1	R\$ 696,64	R\$ 696,64
<i>Deslocamento de Coordenação de Curso e Coordenação Local Apucarana para encontro formal em Brasília-DF - Finalização o CAMPUS</i>	Passagem aérea de Londrina a Brasília	Passagem	2	R\$ 696,64	R\$ 1.393,28
<i>Deslocamento de Coordenação Institucional para encontro formal em Brasília-DF - Finalização o CAMPUS APUCARANA</i>	Passagem aérea de Brasília a Londrina	Passagem	1	R\$ 677,60	R\$ 677,60
<i>Deslocamento de Coordenação de Curso e Coordenação Local Apucarana para encontro formal em Brasília-DF - Finalização o CAMPUS</i>	Passagem aérea de Brasília a Londrina	Passagem	2	R\$ 677,60	R\$ 1.355,20

Deslocamento de Coordenação Institucional para encontro formal em Brasília-DF - Finalização CAMPUS PARANAGUÁ	Passagem aérea de Londrina a Brasília	Passagem	1	R\$ 696,64	R\$ 696,64
Deslocamento de Coordenação Institucional para encontro formal em Brasília-DF - Finalização CAMPUS PARANAGUÁ	Passagem aérea de Brasília a Londrina	Passagem	1	R\$ 677,60	R\$ 677,60
Deslocamento de Coordenação de Curso e Coordenação Local Paranaguá para encontro formal em Brasília-DF - Finalização CAMPUS	Passagem aérea de Curitiba a Brasília	Passagem	2	R\$ 1.632,96	R\$ 3.265,92
Deslocamento de Coordenação de Curso e Coordenação Local Paranaguá para encontro formal em Brasília-DF - Finalização CAMPUS	Passagem aérea de Brasília a Curitiba	Passagem	2	R\$ 1.617,28	R\$ 3.234,56
Deslocamento de Coordenação Institucional, Coordenação de Curso, Coordenação Local, Docentes e Discentes do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva de Apucarana para Evento Científico em Outubro de 2025 (CONEDU/Recife-PB) - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de Londrina a Recife	Passagem	5	R\$ 1.624,00	R\$ 8.120,00
Deslocamento de Coordenação Institucional, Coordenação de Curso, Coordenação Local, Docentes e Discentes do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva de Apucarana para retorno do Evento Científico em Outubro de 2025 (CONEDU/Recife-PB) - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de Recife a Londrina	Passagem	5	R\$ 1.833,44	R\$ 9.167,20
Deslocamento de Palestrante para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de Curitiba a Londrina	Passagem	1	R\$ 453,60	R\$ 453,60
Deslocamento de Palestrante para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de Londrina a Curitiba	Passagem	1	R\$ 453,60	R\$ 453,60
Deslocamento de Palestrante para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de São Paulo a Londrina	Passagem	2	R\$ 398,72	R\$ 797,44

Deslocamento de Palestrante para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Passagem aérea de Londrina a São Paulo	Passagem	2	R\$ 308,00	R\$ 616,00
Total					R\$ 31.605,28

Tabela III – Diárias

FINALIDADE/ATIVIDADE	BENEFICIÁRIO	ITEM DE DESPESA	CIDADE/UF DE DESTINO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Diárias para encontro formal em Brasília-DF	Coordenador Institucional	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Apucarana	Coordenador Institucional	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Londrina-PR - Finalização Campus Apucarana	Coordenador Institucional	Auxílio Deslocamento	Londrina-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Diárias para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora de Curso Apucarana	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora de Curso Apucarana	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Londrina-PR - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora de Curso Apucarana	Auxílio Deslocamento	Londrina-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Diárias para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora Local Apucarana	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora Local Apucarana	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Londrina-PR - Finalização Campus Apucarana	Coordenadora Local Apucarana	Auxílio Deslocamento	Londrina-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Diárias para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenador Institucional	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenador Institucional	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Londrina-PR - Finalização Campus Paranaguá	Coordenador Institucional	Auxílio Deslocamento	Londrina-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00

Diárias para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenadora de Curso Paranaguá	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenadora de Curso Paranaguá	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Paranaguá-PR	Coordenadora de Curso Paranaguá	Auxílio Deslocamento	Paranaguá-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Diárias para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenadora Local Paranaguá	Diária	Brasília-DF	4	R\$ 468,12	R\$ 1.872,48
Deslocamento para encontro formal em Brasília-DF - Finalização Campus Paranaguá	Coordenadora Local Paranaguá	Auxílio Deslocamento	Brasília-DF	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento para retorno do encontro formal em Brasília-DF para Paranaguá-PR - Finalização Campus Paranaguá	Coordenadora Local Paranaguá	Auxílio Deslocamento	Paranaguá-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Diárias para evento CONEDU em Recife-PB - TURMA APUCARANA	Coordenadores, Docentes e Discentes	Diária	Recife-PR	20	R\$ 371,26	R\$ 7.425,20
Deslocamento para CONEDU em Recife-PB - TURMA APUCARANA	Coordenadores, Docentes e Discentes	Auxílio Deslocamento	Recife-PR	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
Deslocamento para retorno do CONEDU em Recife-PR para Londrina-PR - TURMA APUCARANA	Coordenadores, Docentes e Discentes	Auxílio Deslocamento	Londrina-PR	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
Diária para Evento Científico em Novembro de 2025 (Congresso Brasileiro de Educação Especial - CBEE/São Carlos-SP) - TURMA APUCARANA	Coordenadores, Docentes e Discentes	Diária	São Carlos-SP	30	R\$ 290,55	R\$ 8.716,50
Diária de PALESTRANTE para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Palestrantes	Diária	Apucarana-PR	9	R\$ 290,55	R\$ 2.614,95
Deslocamento PALESTRANTE para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - APUCARANA	Palestrantes	Auxílio Deslocamento	Apucarana-PR	3	R\$ 95,00	R\$ 285,00
Deslocamento PALESTRANTE para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Palestrantes	Auxílio Deslocamento	Curitiba-PR	1	R\$ 95,00	R\$ 95,00
Deslocamento PALESTRANTE para Evento do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Unespar, Campus de Apucarana - Setembro 2025 - TURMA APUCARANA	Palestrantes	Auxílio Deslocamento	São Paulo-SP	2	R\$ 95,00	R\$ 190,00

Deslocamento Professores Curso Licenciatura em Educação Especial Inclusiva, Campus Paranaguá – TURMA PARANAGUÁ	Docentes Paranaguá	Campus	Auxílio Deslocamento	Paranaguá-PR	50	R\$ 95,00	R\$ 4.750,00
Total							R\$ 40.251,53

Tabela IV – Serviços de Terceiros (Pessoa Física)

FINALIDADE/ATIVIDADE	ITEM DE DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
Obrigações tributárias e contributivas (até 30% sobre o valor da rubrica de serviços de terceiros –	Obrigações tributárias e contributivas				
Total					R\$ 0,00

Tabela V – Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)

FINALIDADE/ATIVIDADE	ITEM DE DESPESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
Publicação de livro para alunos do Parfor Equidade e distribuição para discentes dos Cursos de Licenciatura da Unespar, Campus Apucarana	Registro da obra, Produção, Diagramação e Impressão	Livro	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
Deslocamento de Coordenação Institucional, Coordenação de Curso, Coordenação Local, Docentes e Discentes do Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva de Apucarana para Evento Científico em Novembro de 2025 (Congresso Brasileiro de Educação Especial – CBEE/São Carlos-SP)	Contrato de Van para deslocamento de Apucarana-PR para São Carlos-SP	Fretamento	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Publicação de livro para alunos do Parfor Equidade e distribuição para discentes dos Cursos de Licenciatura da Unespar, Campus Paranaguá	Registro da obra, Produção, Diagramação e Impressão	Livro	500	R\$ 84,18	R\$ 42.089,35
Divulgação do conhecimento – Evento Científico	Material de papelaria	Impressão	130	R\$ 2,00	R\$ 260,00
Divulgação do conhecimento – Evento Científico	Material de gráfica	Impressão	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
Total					R\$ 55.849,35

QUADRO RESUMO DA DESPESA

DESPESA	VALOR TOTAL
Material de Consumo	R\$ 160.293,84
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 31.605,28
Diárias	R\$ 40.251,53
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 0,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 55.849,35
TOTAL	R\$ 288.000,00





VALOR
R\$ 1.872,48

R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 1.872,48
R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 1.872,48
R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 1.872,48
R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 1.872,48
R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 1.872,48
R\$ 95,00
R\$ 95,00
R\$ 7.425,20
R\$ 1.900,00
R\$ 1.900,00
R\$ 8.716,50
R\$ 2.614,95
R\$ 285,00
R\$ 95,00
R\$ 190,00
R\$ 4.750,00
R\$ 40.251,53

A DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS Torna público o seguinte TERMO DE CONVÊNIO:

TERMO DE CONVÊNIO 048/2024, FIRMADO ENTRE A CAPES E A UNESPAR

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	O presente Convênio tem por objeto a formação de professores da rede pública de educação básica, das redes de formação por alternância e do público de demanda social mediante a implementação de 02 (duas) turmas no curso de licenciatura Educação Especial Inclusiva, nos municípios de Apucarana e Paranaguá conforme registrado na Plataforma Freire e aprovado no Edital Capes nº 23/2023, do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade), que serão de responsabilidade da CONVENENTE até a conclusão das turmas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.	16/12/2024	Este Convênio terá sua vigência até 31 de janeiro de 2027, contados a partir da assinatura do Instrumento, podendo ser prorrogada por solicitação da CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO

Reitora
Universidade Estadual do Paraná

MARCIA SERRA FERREIRA

Diretora de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

110576/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes PORTARIAS:

Portaria n.º 1050 de 18 de agosto de 2025.

Art. 1º Designar Cesar Augusto Tagliari, CPF XXX.034.409-XX, e Marcos Paulo Pontes dos Santos, CPF XXX.858.579-XX, respectivamente, como **Gestor** e **Fiscal** do Termo de Cooperação, firmado entre o Instituto Nacional de Capacitação e Educação para o Trabalho - Via de Acesso - Ruy Leal e a Universidade Estadual do Paraná.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 1051 de 18 de agosto de 2025.

Art. 1º Designar Anderson Rodrigo Estevam da Silva, CPF XXX.286.440-XX, e Camila Juraszek Machado, CPF XXX.233.949-XX, respectivamente, como **Gestor** e **Fiscal** do Termo de Cooperação, firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC e a Universidade Estadual do Paraná.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 1054 de 19 de agosto de 2025.

Art. 1º Designar Daniel Fernando Matheus Gomes, CPF XXX.869.669-XX, e Camylla Mitiko Doi Pereira, CPF XXX.977.739-XX, respectivamente, como **Gestor** e **Fiscal** do Termo de Cooperação, firmado entre a Autarquia Municipal da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC e a Universidade Estadual do Paraná.

Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salette Paulina Macha
Reitora da Unespar

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte PORTARIA:

Portaria nº 1052/2025 de 18/08/2025. Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 404/2025 – REITORIA/UNESPAR que nomeia Eveline Favero, CPF nº XXX.651.130-XX, para o cargo de Diretora Especial, **onde Consta:** “desempenhando suas atribuições junto à Coordenadoria de Processos Administrativos da PROJUR”, **para constar:** “desempenhando de suas atribuições junto à Procuradoria Jurídica da UNESPAR, sob a chefia do Procurador-Geral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 25 de fevereiro de 2025”. Salette Paulina Machado Sirino - **Reitora**

110562/2025

PORTARIA Nº 1047/2025 - REITORIA/UNESPAR

Arquivamento do Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria Nº 585/2025 - REITORIA/UNESPAR, constantes no e-Protocolo Nº 23.754.049-2, para apurar fatos e eventual responsabilização para ressarcimento de valores, referente ao Campus de União da Vitória.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais; **considerando** o Relatório Final, de fls. 88-97, junto ao PD 23.754.049-2, apresentado pela Comissão de Sindicância, nomeada por meio da Portaria n. 585/2025 - REITORIA/UNESPAR; **considerando** o Despacho nº 095/2025-PROJUR/UNESPAR, de fls.101/102, do presente processo;

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR, nos termos da legislação vigente, em especial pelo contido na alínea “a” do inciso IV do artigo 125 da Lei nº 20.656/2021, os autos referentes ao Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 585/2025 - REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº 23.754.049-2, por falta de objetivo a perseguir, em razão da conclusão de inexistência de materialidade ou irregularidade passível de apuração, não havendo elementos caracterizados de infração.

Parágrafo único. Dê-se ciência ao Agente de Compliance e ao Agente de Auditoria e Controladoria, bem como encaminhe-se ao Diretor do Campus de União da Vitória, para as demais providências necessárias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as anteriores em contrário, e no site oficial da UNESPAR.

Salette Paulina Machado Sirino
Reitora da UNESPAR

110012/2025

110548/2025 - REITORIA/UNESPAR

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
559684425

Documento emitido em 25/08/2025 08:53:20.

Diário Oficial Executivo
Nº 11969 | 20/08/2025 | PÁG. 44Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br

110548/2025

Protocolo nº 24.318.847-4.